M
338.9
L435

JOÃO EDUARDO DE SOUZA LEAL

LAURO DE FREITAS: UM BAIRRO DE SALVADOR? UMA ANÁLISE DA EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

SALVADOR-BA
AGOSTO/1996

JOÃO EDUARDO DE SOUZA LEAL

LAURO DE FREITAS: UM BAIRRO DE SALVADOR? UMA ANÁLISE DA EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Monografia Apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtensão do grau de
BACHAREL EM ECONOMIA

ORIENTADOR: PROFESSOR ANTÔNIO ALBERTO VALENÇA

SALVADOR-BA

AGOSTO/1996

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a origem do desenvolvimeto econômico e demográfico do município de Lauro de Freitas a partir de sua emancipação política do município de Salvador. Para tanto, tomam-se as seguintes hipóteses:

(A) O crescimento verificado é endógeno, sendo alcançado primordialmente devido ao ato político de sua emancipação;

(B) O desenvolvimento verificado é exógeno ao Município, apresentando-se como uma extensão do crescimento de Salvador a partir dos anos 50 deste século.

Desta forma, o trabalho introduz , no seu primeiro capítulo, a uma análise histórica do crescimento espacial de Salvador até a emancipação de Lauro de Freitas na década de 60, relacionando ambos os Municípios à situação patrimonial de suas terras.

No segundo e terceiro capítulos, o trabalho introduz aos conceitos de urbanização e metropolização como processos diretamente ligados à industrialização, tendo como pano de fundo a dinâmica econômica dos países do terceiro mundo e do Brasil, respectivamente.

No quarto capítulo, avalia-se o impacto do processo de industrialização na Região Metropolitana de Salvador através dos fatores dinâmicos dela condicionantes e do seu impacto sobre o modelo econômico preexistente.

O quinto capítulo é dedicado à avaliação do efeito causado pelo processo industrial metropolitano e pelo crescimento de Salvador sobre o município de Lauro de Freitas.

CAPÍTULO 1

UMA INTRODUÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE SALVADOR: PROPRIEDADE E USO DA TERRA.

A cidade de Salvador possui uma história de ocupação, propriedade e uso da terra que, talvez, seja singular em toda história do Brasil e, quem sabe, da América Latina.

Fundada pelos portugueses colonizadores no século XVI (29/03/1549), a Cidade teve suas terras, a princípio, distribuídas pelo Reinado aos primeiros colonizadores e autoridade, enviados a fim de a defenderem de invasores. Era o processo de colonização. "O Espírito Medieval da Cidade-fortaleza prevaleceu na Cidade de Salvador"**(SALVADOR, 1978)** Dentro desse "espírito, desdenvolveu-se a partir da área da Praça da Sé (sua referência atual), ponto ótimo de defesa da nascente cidade, de frente para a Baía de Todos os Santos. Os primeiros prédios construídos partiram deste núcleo inicial. Na Cidade Baixa, pouco foi feito. Para o Sul, até São Bento, e para o Norte, até o Carmo, poucas casas existiam.

Característica marcante do crescimento urbano de Salvador no século XVI e por todo século XVII foi a presença dos jesuítas. Eles aqui aportaram com a esquadra que trouxe, em 1549, Tomé de Souza como primeiro Governador do Brasil. Em Salvador desembarcaram, também, os primeiros monges de São Bento de toda América. A escassa população portuguesa residente em Salvador nesta época lhes garantia tudo que fosse necessário à sua manutenção, dentro da tradição religiosa lusitana. Porém, junto à doação dos víveres necessários à sua alimentação e ajuda doméstica, começaram a surgir entre os fiéis as primeiras doações de terras aos Beneditinos, à partir de 1580. E não foram poucas. Tanto colonos abastados como os menos afortunados buscavam perdão para seus pecados através de doações aos monges. Assim reservavam seu "lugar no paraíso" e seu "descanso eterno".

Esse fato religioso, característico da prática da fé católica em seu tempo, conferiu aos monges de São Bento a posse de substancial parcela do centro da cidade do Salvador. As construções de igrejas e ermidas em grande número, várias das quais existentes até os dias de hoje, são as provas evidentes da importância dos monges no cenário urbano da cidade.

Tomando-se como referência três das mais importantes doações de terras feitas aos monges beneditinos, verifica-se a extensão de seus benefícios ao Mosteiro de São Bento:

- Francisco Afonso doôu áreas correspondentes hoje à: São Pedro, Avenida Sete de Setembro, Lapa, Mouraria, Campo Grande e Barroquinha.

- Gabriel Soares de Souza doôu parte do que hoje se identifica como: Sodré, Areal de Cima, Areal de Baixo, Largo Dois de Julho, Aflitos, até o início do Corredor da Vitória.

- Catarina Paraguassu, viúva de Diogo Álvares, o "Caramuru", deixou aos monges grande parte da Graça e Barra Avenida. **(FILHO, 1978)**

A ocupação da cidade pelos holandeses por um breve período dentro de sua história, fez com que os habitantes de Salvador estabelecessem residência além do centro da cidade, na área hoje conhecida como Avenida Joana Angélica e Nazaré (Palma, Saúde, Santana, etc...). **(SÃO BENTO, 1978)**

No decorrer do século XVIII, já após terem sido expulsos os invasores, a cidade cresceu e melhoramentos foram feitos nas edificações existentes. Os novos bairros, gerados ante os quase 50 anos de presença holandesa, já possuiam boas casas. A Cidade Baixa encontrava-se habitada da Conceição ao Pilar.

Com a transferência da Capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, a capital, baiana vê diminuido o seu crescimento. Não obstante, o fato traz, além de grande desprestígio político para toda região, uma mudança radical na sua estrutura econômica. A expansão continua, embora em outro ritmo.

Em fins do século XVIII e iníco do século XIX, Salvador começou crescer para outras direções. Era época da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos da América. Enfraquecia-se o poder central. Chegava ao fim a época da "cidade-fortaleza", em que o crescimento urbano estava circunscrito à presenca de fortes navais e outras fortalezas militares. A Cidade Baixa cresce para além de Águas de Meninos. Outros bairros, como Itapagipe, Brotas e Barra, começam a ser ocupados. Apesar disto, o

crescimento de Salvador limitava-se, primeiramente, à borda litorânea, pois era o mar, ainda, a principal porta de entrada da cidade.

Até o fim do século XIX, novos bairros seriam construídos, sempre acompanhando o crescimento do núcleo inicial. Porém, esse crescimento se deu de forma desordenada, rápida e sem o acompanhamento das autoridades municipais, as quais ainda não tinham qualquer preocupação com o fato ou, talvez, desconhecessem os problemas que esse processo, da maneira que estava se desenvolvendo, ocasionaria no futuro. Até meados do presente século, Salvador já teria atingido uma área dez vezes maiores que ocupada até o fim do século XIX.

Até 1950, o crescimento da cidade foi uma conquista de vales e cumeadas.Verifica-se, igualmente, a tendência de aglomeração em bairros já existente no centro da cidade, nos novos bairros surgidos no século XIX e em direção à Península de Itapagipe e subúrbios. Esse último vetor de crescimento, inclusive, era o reflexo do momento econômico pelo qual passava o Município de Salvador, porta de saída (via existência do Porto de Salvador) e centro principal de consumo dos produtos primários que vinham da região do Recôncavo Baiano (Santo Amaro, Cachoeira, etc) notadamente derivados da cana e fumo. Pois era a Região do Recôncavo o eixo principal de geração de renda para a Capital.

Até a década de 50, o Município de Salvador abrangia os atuais municípios de Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho e Madre de Deus. Todos foram desmembrados a partir de fins dessa década.

Integrando as terras de Salvador até 1961, o município de Lauro de Freitas tem sua origem no povoado de Santo Amaro de Ipitanga.

Em 1931, é criado o Distrito de Santo Amaro de Ipitanga que, juntamente com outros quatro distritos criados no mesmo ano (Aratu, Candeias, Plataforma e Periperi), compõem os 24 distritos que constituem o Município de Salvador a essa época (ou sejam os cinco acima citados e mais: Sé, São Pedro, Conceição da Praia, Rua do Paço, Vitória, Santana, Pilar, Mares, Penha de Itapagipe, Nazaré, Brotas, Santo Antônio Além do Carmo, Itapoã, Pirajá, Paripe, Cotegipe, Passé, Matoim e Maré). Considera-se ainda como de Salvador as Ilhas de Madre de Deus, Bom Jesus e Santo Antônio dos Frades.

A partir dessa mesma década de 30 verificam-se ainda as seguintes alterações:

- 1938: O Município passa ser constituído de um só Distrito - Salvador - por força de decreto-lei nº 10.724. Todos os seus 24 distritos passam a ser considerados zonas.

- 31/12/43: pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, as antigas zonas passam a ser denominadas subdistritos.

- 1947: acrescentam-se mais dois subdistritos: Madre de Deus e Bom Jesus.

- 12/08/54: a Lei Municipal nº 502 redivide o Município (distrito) de Salvador em cinco distritos e esses em subdistritos. São distritos: Salvador, Nossa Senhora de Candeias, Água Comprida (depois chamado de Simões Filho), Madre de Deus e Ipitanga, esse último correspondente ao distrito de Santo Amaro de Ipitanga.

No final da década de 50 tem início no município de Salvador uma sequência de emancipações em alguns de seus distritos. Como consequência há uma redução de, aproximadamente, 50% de seu território original.

Em 19/08/58 é criado o município de Candeias, com uma área de 246,56 Km2. Pouco mais de três anos depois, em 07/11/1961, é criado o município de Simões Filho, pelo desmembramento do distrito de Água Comprida, com uma área de 193,99 Km2.

Finalmente, a 27/07/1962, através da Lei Estadual nº 1.753, é criado o município de Lauro de Freitas. O desmembramento de seus 93 Km2 da área se deu após uma grande discussão pública entre a Prefeitura de Salvador (senhorio histórico de suas terras por meio de doação feita por Tomé de Souza ao povo de Salvador) e a Assembléia Legislativa, com a participação de vários setores da sociedade, pois esse fato jurídico não se justificava nem como anseio da população residente, nem como estratégia de crescimento econômico ou descentralização administrativa.

O desmembramento do distrito de Ipitanga do Município de Salvador, para criação do novo município, foi considerado pelos defensores do extraordinário e histórico patrimônio imobiliário da capital e por estudiosos desse patrimônio como um erro gravíssimo (1). Nada justificaria a criação do novo município, exceto a forte tendência à especulação imobiliária que se abria com o crescimento desordenado de Salvador e com a mudança no seu vetor de expansão urbana agora voltado para o litoral norte da cidade. Isto se deu devido à mudança do eixo econômico da região com a implantação de unidades industriais próximas à capital a partir da década de 1950. A presença dessas unidades industriais a partir dos anos 50, com a Petrobrás instalando a refinaria Landulfo Alves, em

São Francisco do Conde e, nos anos 60, o projeto de implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) entre os municípios de Simões Filho e Candeias era acompanhado do processo de metropolização da cidade de Salvador. Com efeito, Salvador cresceu, entre 1950 e 1960, mais do que crescera nos 40 anos anteriores, medido esse crescimento, em nível de exemplo, pelo seu crescimento demográfico **(2)**. Projeções populacionais para as décadas vindouras e a tendência natural e secular de Salvador em expandir-se ocupando as terras próximas à sua orla marítima, abriram as possibilidades de crescimento, à longo prazo, em direção às terras ao norte.

Em 5 de Agosto de 1969, tornada toda a região área de segurança nacional, a cidade de Lauro de Freitas tem seus limites revistos com Salvador. Naquele ano, através do decreto-lei Nº 2.713, a Assembléia Legislativa decretava e o governador sancionava a devolução, ao Município de Salvador, das terras correspondentes ao Aeroporto Internacional Dois de Julho e à Base Aérea. Esses novos limites são mantidos até hoje, apesar dos apelos jurídicos da Prefeitura de Lauro de Freitas.

Antes disto, porém, a Prefeitura de Salvador já havia recuperado o domínio pleno de suas terras. Discutia-se, na verdade, desde o desmembramento do novo município, duas coisas distintas: a validade da criação de um novo município e a situação patrimonial de suas terras. Em 25 de agosto de 1968, o tribunal de Justiça do Estado, julgando ação ajuizada pela Prefeitura Municipal de Salvador, decidiu pela continuidade do Município de Lauro de Freitas, ressalvando, porém, ao Município de Salvador, o direito sobre as terras que historicamente era senhor o possuidor.

Esta é a situação até os dias de hoje e que traduz a relação umbilical do Município de Lauro de Freitas com a Capital Baiana. A implementação da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em 1973 **(3)** é evidência do desenvolvimento econômico e do crescimento demográfico experimentado pela Capital e municípios vizinhos nas duas décadas anteriores. Porém, não obstante o crescimento verificado, o "status" de região metropolitana conferido à Salvador e municípios vizinhos é oriundo de decisão do Governo Federal, não ligada diretamente à este crescimento, mas sim ao crescimento futuro e tomando-se por base os exemplos de grandes metrópoles do sudeste do país, notadamente São Paulo.

Este é o aspecto que vamos buscar para entendermos o crescimento de Lauro de Freitas, desde a sua criação: o processo de metropolização de Salvador e sua região mais imediata economicamente.

NOTAS

[1] A área do município de Lauro de Freitas faz parte do histórico legado imobiliário deixado por Tomé de Souza, quando da sua morte. Foram doadas ao Município de Salvador pelo 1° Governador-geral as terras que iam do Rio Vermelho à Foz do Rio Joanes, limites de sua sesmaria. Assim, historicamente, a Prefeitura de Salvador é senhorio dessas terras. Quando do desmembramento e criação do Município de Lauro de Freitas, sua Prefeitura, "atropelando" esse direito secular, passou a aforar indevidamente as terras contidas em seu território.

[2] De 1900 à 1940, a população de Salvador teve um incremento de apenas 41,12%, justificado pelo período de estagnação econômica atravessado pelo país no início do século.

De 1950 à 1960, começa a ocorrer um fortíssimo fluxo migratório para a Metrópole, como reflexo do surto desenvolvimentista que o país passava e, especificamente, a âmbito local, devido ao desenvolvimento gerado pela industrialização periférica, principalmente o segmento petrolífero. Somente nessa década há um aumento de 62,00% da população. Fonte: IBGE.

[3] As transformações na paisagem urbana experimentadas pelas maiores cidades brasileiras, proporcionadas pelo intenso processo de modernização industrial pelo qual passava o país desde iníco da década de 50, atingem o nível institucional em 1973, através do decreto-lei n° 14, criador das Regiões Metropolitanas Brasileiras, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. A Região Metropolitana de Salvador passa a envolver os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Camaçari, Simões Filho, Candeias, Itaparica e Vera Cruz. Foi instituída a CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metroplitana de Salvador - órgão metropolitano ligado ao Governo do Estado, ao qual compete assumir, de forma ampla, o planejamento integrado desses municípios e dotá-los de equipamentos infra-estruturais e comunitários de apoio ao seu desenvolvimento.

CAPITULO 2

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: UMA RÁPIDA ABORDAGEM DESSE BINÔMIO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

O crescimento das grandes cidades e, em particular, o aparecimento das grandes metrópoles, é um aspecto marcante da cena urbana brasileira à partir do pós-guerra. É correto dizer, inclusive, que essa acentuada e constante concentração populacional em cidades cada vez maiores não é um fenômeno restrito ao Brasil. Pode ser observado em todo o mundo. O fenômeno da urbanização (1) é, nos dias de hoje, um dos principais temas na discussão de problemas referentes ao desenvolvimento. A urbanização tem tomado diferentes formas, notadamente nos países latino-americanos, devido à não uniformidade dos contextos históricos das diferentes cidades nestes países, bem como a seus diferentes processos de desenvolvimento econômico. A caracterização de uma estrutura sócio-econômica historicamente estabelecida como estrutura primordialmente urbana depende de uma série de critérios, como por exemplo: alta densidade demográfica, boa disponibilidade de recursos alocados nos setores secundários e terciário da economia (setores eminentemente urbanos), continuidade de área edificada, oferta uniforme de serviços públicos básicos, etc.

Tendo-se originado no período da Revolução Industrial, o processo de urbanização desenvolveu-se inicialmente nos países da Europa Ocidental, casando de forma definitiva o estabelecimento de novas cidades com a reprodução do capital industrial. Assim, tornou-se imprescindível para o contínuo desenvolvimento do processo industrial e consequente reprodução do capital industrial em escala ampliada, o fortalecimento, através dos anos, das grandes cidades. Exatamente quando o capitalismo encontra o seu estágio mais avançado de industrialização verifica-se a formação das chamadas áreas metropolitanas.

"O intenso crescimento urbano determina, como fato característico do século XX, o aparecimento dos centros metropolitanos.

Tal processo de crescimento se manifesta de tal modo que, em torno de determinados núcleos urbanos outros vão se agregando, integrando-se, a ponto de comporem uma nova realidade urbana. Assim as várias unidades integradas formam um aglomerado único, tecido de relações e interações mútuas, que transformam todo o conjunto em um sistema sócio-econômico relativamente autônomo, abrangente de todas elas.

Na medida em que o processo se desenvolve, desaparecem, tragadas pela urbanização, as faixas que outrora circundavam aquelas unidades e as isolavam, em termos espaciais, uma das outras." **(GRAU, 1974)**

O surgimento dos grandes centros metropolitanos é caracterizado, pois, por uma região geograficamene definida por uma intensa urbanização e alta densidade demográfica, constituindo-se como pólo concentrador de atividades condicionantes de todo o comportamento econômico da região compreendida, gerando fluxos produtivos entre todos os municípios sob sua influência. De acordo com o que já citamos anteriormente, portanto, os centros urbanos constituem-se em núcleos organizados concentradores de uma marcante atividade industrial e, em seu bojo, de atividades terciárias dinâmicas, as quais definem e condicionam todo o espaço sob sua influência. Normalmente, é comum o aparecimento de uma cidade principal, um município-núcleo, no qual se destaque, com mais força que nos demais, funções sócio-econômicas e até administrativas, muito embora essa não seja uma regra geral. Esse fato ajuda a criar e a definir fluxos de capitais, mercadorias, serviços, informações e comunicações, fluxos esses tipicamente metropolitanos.**(IPEA)**

Muito embora o processo de urbanização tenha se dado de forma muito mais uniforme nos países de capitalismo avançado - justamente porque neles o processo iniciou-se, maturou-se e daí expandiu-se - a constituição de grandes regiões metropolitanas não lhes é restrita.

Nos países do terceiro mundo, em especial na América Latina, a urbanização assumiu, à partir do pós-guerra, um ritmo não experimentado pelos países centrais, onde o capitalismo industrial floresceu e onde, como já foi dito, o processo de urbanização se deu de forma paulatina, tanto no tempo quanto no espaço.

O fim da Primeira Grande Guerra abre caminho para que se inicie nesses países de econômia periférica um tímido processo industrial, caracterizado por um nível de investimento muito baixo e de origem local. Esse processo industrial florescente era em grande parte alimentado pela renda gerada num setor primário-exportador, o qual constituía-se na mola mestra de toda a econômia nacional. Esse modelo caracterizava-se pelo fato de residir no setor primário a maioria esmagadora do produto gerado pela econômia nacional, o qual era voltado prioritariamente para o comércio externo, na troca por produtos manufaturados com países de economia central. A perpetuação desse modelo por décadas a fio constituiu-se no principal motivo para a industrialização tardia dos países do terceiro mundo, visto que altamente concentrador de mão-de-obra (barata e altamente explorada) e pouco absorvedor ou criador de novas tecnologias. A oportunidade de a aristocracia rural (setor detentor do capital e, portanto, apto a realizar investimentos a nível industrial) romper com esse modelo, era absolutamente obstaculizada pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento industrial por parte do Estado e e do desintereese completo da própria aristocracia rural em mudar ou diversificar o seu ramo produtivo. Mesmo porque, nos países do terceiro mundo o poder político e o poder econômico historicamente se completam em qualquer nível de interesse. A produção industral que surgia era, portanto, constituída de bens de consumo não duráveis, de qualidade aquém daqueles produzidos externamente e consumidos a preços mais baixos pelos trabalhadores do setor forte da economia, o primário-exportador. Vinha, portanto, da demanda deste setor primário-exportador o capital necessário à sobrevivência da indústria nascente. Nesse período as cidades ainda tinham uma importância relativamente muito pequena na formação da renda nacional, gravitando em torno das grandes propriedades rurais, não sendo mais do que um "locus" secundário no qual apenas se realizavam os negócios do comércio e alguns serviços ainda incipientes.

O período pós-Segunda Guerra Mundial, coincide com a aceleração do processo de industrialização dos países de economia periférica. Países que mantinham basicamente a exportação de produtos primários e a importação de produtos industrializados em suas relações de comércio internacional passam a contar com um processo industrial florescente. A consequência não podia ser outra senão o deslocamento do eixo das decisões do campo para a cidade. A industrialização traz consigo a criação de novos padrões

produtivos, novas relações financeiras e de controle de decisões e de informações, atividades que encontram sua plenitude nas grandes cidades que passam a ser constituídas. "A emergência da industrialização, trazendo em seu bojo a modernização da base produtiva, com a substituição de técnicas e formas de produção sedimentadas, acionou um intenso processo de concentração física e espacial nestes países, pelo fato de requerer a exixtência de grandes mercados nas cidades primazes" **(MOREIRA, 1981)**. Mais uma vez constata-se a urbanização e a concentração em cidades cada vez maiores. Verifica-se este processo como imprescindível à reprodução do capitalismo.

À partir desse período, a intensificação da industrialização vem acompannhada de um processo mais agressivo de internacionalização do capital. A ampliação do processo industrial nos países centrais se faz acompanhar por uma necessidade cada vez maior de novos mercados e novos investimentos se fazem necessários na manutenção do padrão de crescimento e bem-estar interno desses países. A adoção de novas tecnologias de produção e o estabelecimento e mundialização de uma nova forma de capital, o capital financeiro, faz surgir, a partir da metade final deste século, as empresas transnacionais. A chegada dessas empresas às economias periféricas foi, em sua maioria, acompanhada de um processo de transformação, mesmo que inicialmente tímido, de parte da burguesia local primário-exportadora em burguesia industrial. Esse processo era levado adiante devido à sucessiva queda nos preços relativos dos produtos primários no mercado internacional e pelo relativo prestígio social, político e econômico alcançado por uma burguesia urbana, minoritária, que enriquecia às custas do processo industrial em crescimento. O que se verifica a partir de então é a aliança entre o capital internacional, que se expande para além dos países centrais sob a forma de empresas transnacionais, e o capital nacional, oriundo em grande parte da burguesia rural, sem grande capacidade de investimentos e representando o papel de participante minoritário na formação do parque industrial dos países periféricos. É, igualmente, a partir de então que se verifica nesses países um impressionante crescimento dos principais núcleos urbanos ao redor dos quais surgem as novas indústrias. Para esses núcleos urbanos convergem contingentes demográficos cada vez maiores com a intenção de constituirem-se em mão-de-obra para as novas indústrias que surgem. Essas pessoas são oriundas notadamente de áreas rurais em decadência ou de centros urbanos menores e pouco desenvolvidos (invariavelmente ligados à economia rural).

O crescimento demográfico e industrial pressiona por uma mudança na infra-estrutura urbana dessas cidades, fazendo com que haja um aumento na demanda por bens e serviços e a criação de novos fluxos e relações intersetoriais. Essa rápida mudança no padrão produtivo das várias economias periféricas faz com que haja uma necessidade de criação de uma nova estrutura produtiva, voltada para o crescimento e desenvolvimento econômico moldado, por sua vez, no desenvolvimento e crescimento industrial.

Todo esse processo faz gerar uma necessidade por novos investimentos, notadamente em infra-estrutura básica **(2)**. Dá-se então a necessidade de participação direta do Estado nesse processo. Interessado em manter o ritmo de crescimento da economia, já acumulando taxas expressivas de crescimento desde a década de 50, o Estado é o único agente econômico capaz de arcar com um investimento tão volumoso e de pouco retorno produtivo. O capital estrangeiro, por esses motivos (o volume dos investimentos e o pouco retorno direreto que proporcionariam), não tnham interesse em assumi-los. O capital nacional ainda não dispunha de uma capacidade de investimentos tão grande. O Estado surge então como participante decisivo desse processo, superando, assim, o impasse da infra-estrutura e da oferta de insumos básicos, assumindo então o papel de produtor, regulador e, consequentemente, de importante demanda.

À partir desse período e até a década de 80 o crescimento econômico dos países periféricos se dá em um ritmo nunca antes experimentado no mundo, acumulando, em países como Brasil e México, por exemplo, taxas recordes em ciclos de crescimento econômico determinados **(3)**. A base desse crescimento econômico foi, via de regra, o financiamento estatal, que investe indiretamente em infra-estrutura básica e diretamente em setores considerados de importância estratégica para o desenvolvimento nacional, como a produção e o refino de derivados do petróleo.

Esse modelo de crescimento econômico baseado na intervenção estatal encontra o seu início na facilidade de se obter crédito no mercdo internacional. Seu apogeu é marcado por uma grande facilidade de se obter empréstimos e financiamentos a longo prazo e a uma taxa de juros muito baixa, porém flutuante. Esse processo se repete ao longo de mais de vinte anos, entre as décadas de 50 e 70.

Já bastante endividados, os países periféricos veem sua disponibilidade de crédito restringir-se ao máximo e as taxas de juros, negociadas de forma não fixa, atingirem níveis

UFBA - Faculdade de Ciências Econômicas
Biblioteca
14.619
Seção Mestrado

estratosféricos em fins da década de 70. O mercado internacional vivia o medo causado pela primeira crise do petróleo (1973) gerando uma grande crise mundial de liquidez. Assim, esgota-se o modelo de crescimento com base no endividamento externo do Estado.

A expansão da interveção estatal no processo de industrialização do terceiro mundo, principalmente nos países latino-americanos, traz, através do amplo crescimento econômico por ela proporcionado, uma intensificação da urbanização nesses países. Essa urbanização caracterizou-se em dois fenômenios relevantes: a metropolização, presente em quase todos os países, e o surgimento de novas cidades, em uma escala menor. A maior incidência observada no crescimento dos grandes centros urbanos nos faz crer no fenômeno da metropolização como principal movimento transformador da cena urbana, principalmente a partir da década de 60.

"Por metropolização entende-se aqui um aspecto do movimento de concentração na urbanização, que se traduz no crescimento incontrolado de algumas cidades líderes - as metrópoles - que substituem funções das cidade que lhe são próximas; e de aumentar suas relações com cidades distantes mais que com as de sua área de influência.

A industrialização siginificou a criação de mecanismos de inter-relação material, que juntos às inter-relações financeiras criadas pela organização mercantil da produção, reforçaram as posições das principais cidades de cada sistema nacional. As metrópoles tornaram-se centros de poder que encontraram formas econômicas capazes de realimentar a concentração das decisões. Destaca-se que os países integrantes de sistemas coloniais identificados com a expansão industrial deram lugar, em sua maioria, à constituição de metrópoles. Tal movimento foi essencial à combinação dos aspectos de concentração de capital e de centralização finaceira" **(PEDRÃO, 1993).**

NOTAS

[1] Por urbanização entende-se o processo de crescimento das cidades para além de seu núcleo inicial, em direção aos seus limites com outros municípios, através da ocupação demográfica e implantação (mesmo que precária) de equipamentos sócio-comunitários e de serviços públicos (transporte, água encanada, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, etc.). Dada a complexidade dese fenômeno, suas diversas formas e padrões e a interferência de fatores exógenos ao fato econômico (tais como as relações sociais e culturais) torna-se quase que impossível o estabelecimento de qualquer tipo de modelo padrão de crescimento.

[2] Assim entendida a disponibilidade, para uso industrial e da rede de serviços por ela gerada direta ou indiretamente, de recursos energéticos, de comunicações, de saneamento e fornecimento de água e transportes.

[3] Como exemplo citemos o caso brasileiro: a taxa média de crescimento econômico do início da década de 50 até meados da década de 70 foi de 2,6% ao ano. No período 47/62 cresceu-se 9,7%. Em 67/73, o crescimento foi de 13% no período.

CAPITULO 3

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, igualmente à maioria dos países periféricos, em especial os da América Latina, o movimento de urbanização expande-se fortemente no período de 1940-80, intensificando-se a partir dos anos 60 com o advento cada vez maior de políticas de incentivo industrial levadas a cabo por iniciativa do Estado. Nesse contexto, o fenômeno da metropolização, dentro da dinâmica da urbanização brasileira, desenvolveu-se de forma mais latente do que o aparecimento de novas cidades. Para entender todo esse processo, é necessário reconhecer como fator predominante de análise o aumento da população nessas grandes cidades. "A distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto, das melhores condições de renda. Como isto, por sua vez, determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, é normal que as migrações se dirijam, preferenciamente, para as regiões de maior dinamismo econômico" **(MARTINE, 1993)**.

A partir de 1930, quando ocorre uma mudança nas forças que compõem o poder político nacional **(1)**, os mercados regionais passam a se unificar. O período de Governo de Getúlio Vargas cessa a antiga fragmentação regional de mecados através da abolição da autonomia dos Estados **(2)**. Essa nova situação política estabelece uma situação ótima para a crescente concentração de capital, não só em firmas e empresas sempre maiores, mas também e principalmente, em áreas cada vez maiores.

A concentração espacial das atividades industriais verifica-se obviamente vantajosa devido à criação de economias externas, as quais se verificam na diminuição dos custos de serviços com água, energia elétrica, transportes e serviços financeiros e comerciais,

possibilitada pela facilidade de comunicação e crescente complementaridade das diversas empresas. E é óbvio que o "locus" de toda essa transfomação são as cidades.

Segue-se à intensão bastante clara do Estado Novo de reforço à industrialização outro fato determinante ao crescimento das cidades: o Governo Vargas institui uma nova legislação trabalhista aplicável somente às áreas urbanas. Isso traduz um forte incentivo ao emprego urbano que, aliado ao esforço de unificação do mercado nacional e à diminuição do poder das oligarquias rurais (que tinham um imenso poder sobre a mão-de-obra rural, abruptamente diminuído com o seu enfraquecimento), faz com que haja um estímulo às migrações internas. As migrações encontram outra facilidade no estabelecimento crescente da malha rodoviária nacional, que passa a interligar os diversos mercados em diversas regiões do país, ampliando, por tabela, a sua unificação **(SINGER, 1986)**.

O processo de urbanização que surge daí não é comparável ao verdadeiro "boom" das décadas posteriores mas, mesmo tímido, é representivo e determinante do desenvolvimento das grandes metrópoles regionais brasileiras. Os reflexos da mudança política vinda no bojo da Revolução de 30 começam a aparecer exatamente nessa cidades na segunda metade da década seguinte e início da década de 50 (justamente porque elas já gozavam de denotada importância regional por serem capitais de seus estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). "No caso brasileiro, as novas formas assumidas pela divisão regional do trabalho, particularmente a partir da década de 60, ensejaram uma desconcentração integrada e complementar das atividades produtivas nacionais, com repercussões diretas e imediatas sobre o crescimento dos principais centros urbanos regionais, registrando-se uma intensa expansão populacional dessas cidades, como expressão do novo espaço econômico incorporado ao processo nacional de produção." **(MOREIRA, 1981)**.

À partir de então, o desenvolvimento urbano originado pela onda industrialista surgida na década de 30 começa a parecer significativo em relação às primeiras 3 décadas do século. Isto vem reforçar a adoção, principalmente a partir de 1950, de um modelo econômico identificado e dfefinido historicamente como modelo de substituição de importações **(3)**. O seu estabelecimento foi a base para o espantoso "boom" urbano a partir de 50 por fazer concentrar nas grandes cidades os novos estabelecimentos industriais que surgiam, haja visto, é óbvio, a sua estrutura urbana mais capacitada em infra-estrutura.

A maior parte dos novos investimentos industriais localizou-se automaticamente na área metropolitana do Município de São Paulo. São Paulo já contava com o maior parque industrial nacional, desenvolvido, como já foi dito, devido à proximidade do imenso mercado regional ligado à cafeicultura. Mesmo tendo esta, após a Revolução de 30, se enfraquecido e buscado outras terras e um novo mercado (região Sul do país), São Paulo já havia conquistado a hegemonia de maior cidade, maior parque industrial e maior mercado nacionais. O novo processo de industrialização reforça e confirma esta posição. "Em termos espaciais, o êxito desse modelo de industrialização se baseou - ao mesmo tempo que reforçou - na dominação da região em torno da cidade de São Paulo. Desde o final do século XIX, esta região vinha aumentando sua influência na atividade econômica do país. (...) O importante é observar que o dinamismo desta região foi fator fundamental no êxito do modelo de industrialização via substituição de importações. Por sua vez, a intensificação da atividade econômica e a consequente integração do nacional fortaleceu ainda mais a predominância desta região" **(MARTINE, 1993).**

MARTINE identifica duas fases distintas no processo de urbanização brasileiro: uma fase de concentração, entre as décadas de 40/80, e uma fase de desconcentração urbana, observada como tendência entre 80/91. O que parece desde então é que a urbanização encontra-se fortemente ligada ao conjunto de medidas econômicas baseadas na substituição de importações, tendo encontrado seu apogeu justamente no período em que este era levado adiante como principal modelo de política econômica nacional. Analogamente, a tendência que se verifica, de desconcentração urbana à partir da década de 80 coincide justamente com o esgotamento definitivo daquele padrão de crescimento, fato que, a princípio, estaria desvinculado de qualquer estratégia de política econômica desenhada pelo Estado para o período.

"Com efeito, desde 1940, data do primeiro censo moderno no Brasil, até 1980, a tendência mais notável, no que diz respeito à redistribuição espacial, se referia sempre ao processo crescente de concentração da população total em cidades cada vez maiores. Entretanto, os resultados do censo de 1991 sugerem que a curva de megalopolização teria passado o seu apogeu, tendo sido iniciado um novo padrão de urbanização mais equilibrado. Neste, destacam-se cidades que, embora grandes, pertecem a uma classe de tamanho significativamente menor que as metropolitanas. Esta trajetória vem se somar a

um processo de desconcentração paulatina de atividades industriais, que já vinha se desenhando desde a década de 70. Tais mudanças, portanto, sugerem que se estaria realizando, por razões ainda não completamente esclarecidas, o processo de desconcentração econômica e populacional que a tecnocracia tanto almejava, na década de 70, quando traçava, um tanto futilmente, políticas de apoio a cidades médias, de desenvolvimento regional e de migrações internas".

Observa-se que as áreas rurais e localidades de menos de 20.000 habitantes concentravam quase 85% da população total em 1940. Em 1980 essa proporção cai para pouco mais da metade da população total, ou seja, 46%. Para as localidades urbanas com mais de 500.000 habitantes o conjunto da população total aumenta sua participação de 8% para 32% nos mesmos 40 anos.

Verificando-se pelo lado do crescimento intercensitário para o mesmo período, essa concentração sobressai de forma mais impressionante: "Na década de 40, as áreas rurais e localidades de menos de 20.000 habitantes respondiam por 58% do crescimento populacional ocorrido no país; mas a participação desta categoria caiu para menos de 10% na década de 70. No outro extremo, as cidades de mais de 500.000 habitantes aumentaram sua participação no crescimento total de 28% para 52% durante o mesmo período.

Quando se inclui, nesta análise, as cidades de 100 a 500 mil habitantes, observa-se que o conjunto das cidades de mais de 100 mil habitantes passou a responder por quase três quartos do crescimento total do país na década de 70 (comparado com apenas 30% na década de 40)".

Ao analisar o aumento do emprego nas Regiões Metropolitanas brasileiras, SANTOS (4) nos dá a dimensão do aumento da população nas 9 RM's conjugado com o aumento do emprego. "A proporção entre ativos no setor secundário e população total nas regiões metropolitanas passa de 8,91% em 1960 a 10,77% em 1970 e 14,38% em 1980. Durante esses 20 anos, a população ativa fabril conhece um incremento de 264%, enquanto o correspondente à população total é de 126%. Entre 1960 e 1970, a população das Regiões Metropolitanas cresce em pouco mais de 9,1 milhões e o emprego industrial em pouco menos de 900 mil. Entre 1970 e 1980, a população conjunta das áreas metropolitanas aumenta 10,6 milhões, mas o emprego fabril conhece um incremento de 1,8 milhões." (Ver tabelas I e II). Esse crescimento da mão-de-obra industrial deve-se, principalmente, ao

pessoal diretamente ligado à produção. Assim, muito embora as atividades terciárias estejam cada vez mais presentes no conjunto das atividades industrias, não vem daí a maior parcela do contingente economicamente ativo da população. Enquanto o incremento da população fabril é de 264% entre 1960-1980, o setor terciário nas diversas RM's verifica um incremento de 171% no mesmo período. Aqui também, e contrariamente às idéias aceitas, o emprego no setor secundário cresce mais rapidamente que no setor terciário. Na verdade, ambos cescem mais rapidamente que a população do conjunto das Regiões Metropolitanas entre 1960 e 1980, com apenas duas exceções, Salvador e São Paulo, onde o incremento do emprego terciário é ligeiramente menor que o da população".

Ainda segundo MARTINE, entender que a urbanização é parte obrigatória do processo de modernização vindo no bojo da industrialização não explica por si só a origem da concentração populacional em cidades cada vez maiores. "Para se entender as origens e a configuração desse processo, é preciso conjugar os padrões de redistribuição espacial da população com as modificações na alocação espacial de atividades econômicas". Toma-se mais uma vez, portanto, como fator primordial para a análise do crescimento urbano, a movimentação populacional para locais de mais fácil obtenção de emprego. É o que se verifica, notadamente a partir de meados da década de 60, quando há uma modernização mais acentuada no processo de produção de cidades fora do eixo industrial do Sudeste do país, como as capitais nordestinas. O estabelecimento de atividades capitalistas mais dinâmicas nessas regiões, aliado à uma profunda estagnação produtiva no campo, faz com que haja uma redefinição das correntes migratórias inter-regionais e intra-regionais. "De fato, a partir de meados da década de 60, a estrutura de produção agrícola brasileira sofreu uma revolução. Os estímulos fiscais à produção induziram a uma modernização da produção em parte do território nacional e a uma forte especulação com a terra em todo ele. Disto resultou uma mudança profunda na estrutura fundiária, no acesso à terra para pequenos produtores e nas relações de produção. Por sua vez, estas transformações redundaram num forte êxodo rural. (...) Calcula-se que, na década de 60, quase 13 milhões de pessoas saíram do campo para morar nas cidades; na década de 70 esse número ascendia a quase 16 milhões de migrantes."

O crescimento demográfico gerado pela onda industrialista torna-se o principal ponto de avaliação do crescimento urbano e dos problemas dele recorrentes. No caso

brasileiro, esse crescimento, verificado principalmente nas Regiões Metropolitanas, dá-se principalmente pelo crescimento do número de postos de trabalho gerados nos setores secundário e terciário, rompendo com o antigo modelo de crescimento agro-industrial.

NOTAS

[1] A revolução de 1930 leva ao poder políticos de regiões "periféricas" (Nordeste e Rio Grande do Sul), diminuindo a hegemonia da oligarquia cafeeira que dominava o cenário político nacional desde meados do século XIX, quando esse produto passou a ter grande representatividade para a economia brasileira no mercado internacional. Por localizar-se em torno da cidade de São Paulo, a cultura do café transformou essa cidade no maior mercado regional do país, sendo esse o principal motivo para que o capital industrial aí se concentrasse de forma hegemônica.

[2] Cabe aqui esclarecer que o processo de unificação dos mercados regionais não implica em diminuição das desigualdade regionais historicamente existentes no país. Aliás, ao contrário. Há uma evolução dessas desigualdades regionais notadamente à partir da década de 50, vinculadas às principais tendências estruturais e setoriais que caracterizam a evolução da economia brasileira nesse período.

[3] O modelo de substituição de importações define-se como um modelo de crescimento econômico baseado na implantação de indústrias de bens de capital (maquinaria pesada e equipamentos de produção), bens de consumo durável (automóveis, eletodomésticos, por exemplo) e de bens intermediários (siderugia, química fina, celulose). Teve como base a participação do Estado brasileiro no tocante a investimentos em infra-estrutura básica, incentivos fiscais e participação direta, através de empresas empresas estatais, em grandes parte do parque industrial constituído a partir de então em parceria com empresas privadas nacionais e internacionais. A adoção de tal política visou a implantação do parque industrial brasileiro através da implantação, aqui, de indústrias de base para que se pudesse substituir máquinas e equipamentos de produção importados pela industria nacional. Estabelecido definitivamente como estratégia de crescimento a partir, principalmente, da década de 50, foi o pivô de todo desenvolvimento industrial brasileiro nas décadas seguintes, até esgotar-se como modelo no início da década de 80.

[4] Avaliando dados do IBGE, o autor inicia sua análise derrubando dois "lugares comuns" da literatura consagrada aos problemas da urbanização e do emprego no terceiro mundo: (A) o emprego cresce mais devagar que a população urbana nos países subdesenvolvidos; (B) o emprego terciário aumenta mais que o secundário. "Ao contrário das idéias que informam uma teorização ainda persistente, o emprego no setor secundário cesce mais rapidamente que no setor terciário e tanto um quanto o outro aumentam mais depressa que a população do conjunto das 9 Regiões Metropolitanas brasileiras entre 1960 e 1980".

UFBA Faculdade de Ciências Econômicas
Biblioteca
Seção Mestrado

CAPITULO 4

REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS): PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO.

A cidade de Salvador apresenta-se, a nível de urbanização, em um patamar muitas vezes superior a qualquer outra formação urbana no âmbito estadual. O papel polarizador que sempre representou, principalmente no âmbito da sua região metropolitana, está diretamente relacionado com a formação econômica brasileira e seu modelo de exploração colonial, formador de cidades primazes no âmbito regional.

O processo de metropolização de Salvador acompanha, a rigor, as transformações que ocorreram na política econômica nacional a partir da falência do modelo de produção agro-expotador e o início do processo de industrialização. Até a década de 50, Salvador sofria a influência direta da produção agropecuária vinda principalmente da região do Recôncavo. "A economia regional, até as primeiras décadas deste século desenvolveu-se com base na agro-indústria com fins de exportação. (...) Do ponto de vista espacial, este tipo de atividade permitia a fixação da população de áreas próximas a Salvador no campo, de modo que o fluxo migratório para o pólo central era bem menos intenso. Morfológicamente, o desenho criado por essa ocupação foi um assentamento natural maior e mais denso em torno do núcleo histórico de Salvador e pequenas aglomerações em todo o Recôncavo, fortemente ligadas à sede. Portanto, a região podia ser considerada como parte do Recôncavo, não só do ponto de vista fisiográfico, mas também da sua própria dinâmica" **(MOREIRA, 1981)**. O Recôncavo, especializado inicialmente no plantio da cana e na produção de açucar e, posteriormente, na produção do fumo e da pecuária - esta última de menor expressão - sempre constituiu-se em um entorno econômico de Salvador.

Com relação aos municípios correspondentes à atual RMS, verifica-se a mesma finalidade produtiva: São Francisco do Conde e Candeias eram áreas de cultivo da cana de

açúcar e de usinas e destilarias; Camaçari era área de pecuária extensiva; Lauro de Freitas produzia pequenas quantidades de côcos e hortaliças principalmente para abastecimento de Salvador; Itaparica e Vera Cruz detinham funções ligadas à pesca e ao comércio (entrepostos de produtos de abastecimento alimentar) exclusivamente. A capital baiana detinha historicamente as características de centro urbano de funções políticas, administrativas, comerciais, de porto de expotação regionl e principal centro de consumo de toda esta área. Esse modelo de produção, predominante na capital e em sua área de influência imediata - o Recôncavo - manteve pratiacamente estagnada a economia e o crescimento da região ao longo das quatro primeiras décadas deste século.

O crescimento de Salvador nos últimos decênios e a consolidação da RMS são fatos diretamente ligados à onda industrialista iniciada a nível nacional a partir da década de 50 pela adoção do modelo de crescimento baseado na substituição de importações, substituto do antigo modelo primário agro-exportador. O desenvolvimento metropolitano verificado neste período tem como característica básica sua independência do modelo econômico baiano. Não é uma continuidade evolutiva do processo preexistente. Apresenta-se com algo novo surgido no Estado a partir da introdução da PETROBRÁS **(1)**. O processo recente de industrialização, depois de um período relativamente longo de estagnação de sua economia, veio novamente reforçar este papel de centro polarizador e a sua condição de cidade primaz, incorporando em seus limites urbanos contingentes expressivos de população que vieram atraídos pela dinâmica de sua economia, revitalizada pelas atividades da PETROBRÁS na prospecção, extração e refino de petróleo nos anos 50.

"A industrialização moderna é resultante de decisões no âmbito da economia nacional - decorre de uma política do Governo Federal e se viabiliza através de subsídios fiscais, na concepção da desconcentração-concentrada da industrialização. O nordeste é, nos anos 60, o espaço incorporado à modernização e o Centro Industrial de Aratu, na Bahia, é o primeiro bloco de industrialização moderna, independente daquela outra - tradicional e preexistente - e sem nexo com a base econômica agrícola.

É este impacto não articulado com a base eonômica do Estado, reproduzido nos anos 70 com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que promove o crescimento urbano explosivo de Salvador, em razão de dois fenômenos simultaneamente vigentes:

1. A industralização dinâmica na Região Metropolitana.

2. A desestruturação da economia tradicional (já sofrendo também os impactos da penetração capitalista no campo), com a consequente concentração dos meios de produção e a expulsão de populações rurais, que definem o caráter dessa urbanização espantosamente acelerada."[1]

A nível do processo de industrialização pode-se estabelecer como fatores dinâmicos da moderna fase da economia local, sem identificar uma ordem de importância: (a) a implantação das atividades de prospecção e extração de petróleo pela PETROBRÁS e seu processamento na Refinaria Landulfo Alves (RLAM), localizada em São Francisco do Conde, a partir de 1950; (b) implantação, nas décadas de 60 e 70, do CIA, em Simões Filho, e do COPEC, em Camaçari; (c) contínuo crescimento da ação governaental; (d) uma nova dinâmica introduzida nas atividades de turismo. Em conjunto, estas fontes de dinamismo são responsáveis pelo crescimento e pelas transformações notáveis da região, principalmente no período 70/80. Isoladamente, cada um deles é responsável por uma expressiva variedade de efeitos no processo de formação estrutural e de modernização da RMS, senão vejamos:

A. <u>PETROBRÁS</u>: A exploração e o refino de petróleo produzem impactos indiretos nos locais em que se estabelecem. O principal deles é a complementação das receitas municipais, via royalties, e da movimentação da economia, via complexidade das atividades administrativas e comerciais e do volume siginificativo na geração de empregos diretos. Essas atividades terminam por estabelecer relações entre as cidades em que se processam e Salvador, principal centro urbano e centro que agrupa quase todas atividades não extrativas/industriais da empresa. Daí ser importante ressaltar que é, a partir das atividades da PETROBRÁS que acontece a concentração das atividades administrativas e comerciais em Salvador. Em um curto prazo, Salvador sofreu modificações no sentido de poder assumir as funções de cidade dormitório e centro de lazer, além de fornecedor e produtor de bens e serviços especializados.

Os salários pagos nas operações de prospecção, extração e refino elevaram significativamente a remuneração de ocupações qualificadas e semi-qualificadas, forçando uma adaptação de todo o sistema econômico à nova realidade. Motoristas, tratoristas,

[1] **Projeto Metropolitano RMS: referencial básico. CONDER - Salvador, 1983**

mecânicos, torneiros, eletricistas, soldadores, todo um elenco de profissionais de ampla solicitação no mercado de trabalho beneficiou-se em termos salariais, cujos níveis pagos pela empresa estatal passaram a sevir de parâmetro para os demais setores. As transações comerciais da estatal, efetuadas através de empresas locais e o surgimento, de numerosas empresas locais de prestação de serviços por ela demandadados direta ou indiretamente produzem uma grande movimentação econômica na RMS. MOREIRA destaca a forma como a introdução da PETROBRÁS desestrutura a antiga economia agrária do Recôncavo: "A RLAM vem acelerar o processo de destruturação da economia agrária do Recôncavo que, estagnada e utilizando formas e relações de produção bastante atrasadas, não podia remunerar os novos preços da terra, que subiam em termos especulativos, e a nova matriz de salário dos trabalhadores.

Em consequência da forte elevação do preço da terra, passou a ser anti-econômico o cultivo agrícola nos antigos moldes, ganhando prioridade natural as atividades mais rentáveis, pouco absorvedoras de mão-de-obra, favorecendo o uso de tecnologias mais avançadas , intensamente utilizadoras de capital". Aparece, assim, a PETROBRÁS como o agente propulsor das modificações da estrutura urbano-industrial da região, notadamente na área geográfica correspondente à atual RMS.

B. <u>OS PÓLOS INDUSTRIAIS: CIA E COPEC</u>: O CIA, implantado nos anos 60, apresenta-se como um exemplo claro da criação de sub-espaços industriais no Nordeste brasileiro por iniciativa do Governo Federal. É um centro industrial criado com o benefício de incentivos fiscais e crédito oficial abundante e barato oferecidos pelos governos estadual e federal, privilegiando-se, ainda, da criação da infra-estrutura básica para que pudesse receber investientos industriais. Sua criação, porém, não obedeceu a uma proximidade produtiva com as atividades da PETROBRÁS, não havendo, desde já, uma perfeita complementariedade entre ambas. Há ainda o fato de que essas indústrias são criadas desvinculadamente da base econômica local preexistente, apresentando, desde o seu início, fracas relações inter-setoriais.

O COPEC, com instalação iniciada na década seguinte, vem característicamente mais próximo, a nível produtivo e inter-industrial, do CIA, ao contrário da relação deste com a base econômica local e com a própria PETROBRÁS. Inicialmente pode-se considerar, inclusive, que o COPEC vem reforçar as atividades do CIA, em razão da

complexidade das relações econômicas, vínculos produtivos entre as indústrias preexistentes e recém implantadas e a afinidade entre os perfis das unidades fabris. A instalação do COPEC representa a introdução, no quadro regional, de um segmento de alta produtividade, próprio de uma fase madura de industrialização.

Passa-se a considerar o CIA/COPEC, como um conjunto industrial, como o moderno segmento industrial do Estado da Bahia. O conjunto CIA/COPEC simboliza o definitivo rompimento de Salvador com a sua área de influência e com sua base produtiva tradicionais: o Recôncavo e a produção agropecuária. Utilizador de tecnogias modernas, intensivos em capital, poupador de mão-de-obra, altamente concentrador de renda, o estabelecimento da indústria moderna provoca uma ruptura profunda no padrão produtivo e de consumo da população residente e faz-se deslocar para a capital baiana um outro fluxo populacional, de padrão migratório distinto.

Não obstante ser poupador de mão-de-obra, há um impacto considerável na geração de empregos na indústria. Conforme a observação, já citada, de SANTOS, os empregos industriais aumentam mais rápido de 1960 a 1980, época da implantação do CIA/COPEC, do que a população da RMS. Observa-se, ainda, que esse aumento é proporcionalmente maior do que no conjunto das 9 Regiões Metropolitanas (Ver tabelas II e III). Os trabalhadores ativos na indústria aumentam de 38.287 em 1960 para 183.554 em 1980. Os números são pequenos a nível de magnitude industrial, inclusive para o Brasil (se comparados com São Paulo, por exemplo). Porém, visto esse crescimento a nível percentual, verificamos uma média superior, inclusive à média nacional: no período de 60 a 80 o incremento na PEA industrial na RMS foi de 379%, superior aos 264% do conjunto das 9 Regiões Metropolitanas. Os trabalhadores ativos no setor terciário aumentam de 170.341 em 1960 para 405.873 em 1980. Os números refletem a tendência da RMS, notadamente de Salvador, a centralizar atividades de prestação de serviços. Porém, percentualmente, o incremento não é tão significativo quanto o da PEA industrial, ficando um pouco abaixo do incremento populacional da RMS e da média da PEA no terciário nas 9 Regiões Metropolitanas: de 1960 a 1980 aumentou em 138%.

Grande influência verfificada a partir da introdução dos aglomerados industriais do CIA/COPEC foi o fato de ter produzido uma completa modificação no perfil da receita orçamentária do Estado e das Prefeituras, via tributação, livrando-os de apoiar-se

unicamente da agropecuária. "A partir de 1980, quando o Pólo Petroquímico de Camaçari opera plenamente, a delegacia fiscal de Simões Filho, que engloba as atividades ligadas ao COPEC e CIA, arrecada cerca de 31% do ICM estadual, superando, inclusive, a delegacia fiscal de Salvador, que neste ano participa com 26,9% do total arrecadado. Em 1983, a RMS já detém 65% da arrecadação tributária do Estado, cabendo 34,8% à delegacia de Simões Filho e 29,8% à delegacia da Capital. O acelerado crescimento verificado na arrecadação do ICM na região metropolitana pode ser creditado, em boa medida, às empresas do CIA e do COPEC. Esses dois distritos respondem em 1983 por 30,6% do total da arrecadação estadual, cabendo ao CIA uma participação de 7,6% e ao COPEC cerca de 23%. A importância econômica das atividades industriais pode ser avaliada quando comparamos a participação do cacau e seus derivados - outrora principal ítem na pauta de arrecadação - que, no mesmo ano, participou com apenas 10,4% da arrecadação estadual" **(AVENA FILHO, 1984).**

C. A AÇÃO GOVERNAMENTAL: A participação das várias esferas de governo tem sido decisiva a partir da década de 30 no Brasil. A posição do setor governamental na Bahia não tem sido diferente, principalmente a partir da década de 50. A partir desse período, a ação governamental no campo econômico, esteve voltada, prioritariamente, para a criação de estímulos à realização de investimentos por parte do setor privado, principalmente em atividades novas de caráter industrial.

Esses estímulos se dão sob a forma de subsídios diretos e indiretos ao capital privado, via incentivos fiscais e crédito facilitado, e através da execução de grandes obras de infra-estrutura física, criadoras de vantagens ao estabelecimento imobiliário e externalidades, viabilizadoras da implantação/expansão das grandes empresas industriais. Não obstante participar como agente financiador, a atividade governamental também comparece como agente participativo do processo industrial na RMS. Notadamente na implantação da indústria petroquímica, "o governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e suas subsdiárias, participa, igualitariamente, com grupos econômicos, da composição do capital da empresa".[2]

D. O TURISMO: Acompanhando o crescimento do setor de serviços, que vem no bojo da onda industrialista, o turismo se destaca como um ramo de atividade que conta

[2] **Projeto Metropolitano RMS: referencial básico. CONDER - Salvador, 1983**

cada vez mais com incentivos do Estado no âmbito da RMS a partir, principalmente da década de 70, com a facilidade de tráfego garantida pelo estabelecimento da BA-099 (Estrada do Côco) e a ligação com Itaparica e Vera Cruz através do sistema ferry-boat Isto se deve ao reconhecimento, mesmo que tardio, das potencialidades internas de atrativos naturais e urbano-paisagísticos dos municípios da RMS, referência óbvia à cidade de Salvador.

Característicamente atrelado ao setor de serviços, o turismo constitui-se em uma atividade mais propensa inclusive à absorção de mão-de-obra direta e indireta, por possuir uma maior flexibilidade na combinação dos fatores capital e trabalho. De todos os fatores dinâmicos da moderna fase da economia local, o turismo é que, de início se apresenta com um maior poder de integração e interrelação com o sistema econômico pré-existente, tendendo, portanto a gerar grandes benefícios à população metropolitana como um todo.

Os fatores responsáveis pela modernização e dinâmica da economia da RMS não ocorreram de modo integrado tanto no tempo quanto nas políticas de ação. Ao longo de todo esse processo, verificou-se, na mesma proporção do dinamismo industrial recém estabelecido, a desestruturação completa da economia tradicional. Ao não assegurar uma complementariedade de atividades entre a nova dinâmica industrial e a base econômica preeexistente e ao não adotar medidas compensatórias e de correção dos desequilíbrios daí advindos, as políticas governamentais adotadas funcionam, na prática, como elemento de reforço de desigualdades sócio-espaciais. "Importa ressaltar que tais fontes de dinamismo constituem condicionantes altamente diferenciados do processo de crescimento-metropolização. Entretanto, elas (forças motrizes) não resultam da reativação do modelo preexistente. Se em seu conjunto são responsáveis pelo notável crescimento da região, principalmente nos últimos 10 anos, quando vistas isoladamente, cada uma delas apresenta traços peculiares e tende a causar impacto diferenciado na modernização. Portanto, o dinamismo do modelo resultante deriva de fontes mais ou menos independentes entre si, com pouca conexão em relação aos setores econômicos preexistentes. Esse modelo apresenta grandes lacunas de integração, reduzindo o repasse econômico-social do pólo moderno para o tradicional e para a população em geral".[3]

[3] **Diretrizes e Políticas da Região Metropolitana de Salvador. CONDER-Salvador, 1985**

A redinamização trazida pelo conjunto de atividades que configuraram o pólo moderno poderia ter ensejado o ressurgimento dos segmentos tradicionais das indústrias, bem como o aumento da oferta de alimentos agrícolas. Contudo, a indústria preexistente encontrava-se de tal modo distanciada, a nível de capacidade competitiva, dos capitais advindos do centro-sul, que não conseguiu aproveitar a expansão da demanda de bens finais, o mesmo ocorrendo com o setor agrícola. "As características do pólo moderno em termos da tecnologia intensiva de capital determinaram que seu maior impacto sobre o mercado de trabalho se desse no setor terciário. Com isso se estabeleceu uma disfunção no modelo de crescimento recente, caracterizando a heterogeneidade estrutural da economia do Estado e demonstrando que nem os demais setores se dinamizaram o suficiente para absorver a mão-de-obra crescente, nem o setor moderno foi capaz de absorver a oferta do mercado de trabalho" **(AVENA FLHO, 1984)**

Por outro lado, a grande maioria das empresas implantadas, devido aos elevados padrões tecnológicos adotados e às diferenças no próprio perfil da oferta, não procuraram estabelecer relações interindustriais com as preexistentes. Os novos fluxos financeiros ao invés de impulsionarem os setores produtivos locais, absorvedores de mão-de-obra e com maior capacidade de reter a renda na região, foram canalizados para o centro-sul através do comércio e dos intermediários financeiros. Ligado a isso, fraca capacidade de reação dos setores tradicionais locais dificultou ainda mais uma maior propagação dos benefícios decorrentes dos novos investimentos. Os segmentos tradicionais da economia local não se acoplaram à dinâmica industrial, reduzindo o impacto da implantação do CIA e, principalmente, do COPEC, não obstante sejam eles os principais responsáveis pelo dinamismo da economia, não só da RMS, mas de todo o Estado da Bahia, entre as décadas de 60 a 80.

O revigoramento da urbanização pelo novo fenômeno econômico trouxe como consequência imediata o aumento do déficit habitacional. O reduzido risco do investimento imobiliário e as facilidades oferecidas pelo Sistema Financeiro Habitacional, dentro de uma política econômico-social estabelecida pelo Governo Federal a partir da década de 70 (época do milagre econômico), fizeram do mercado imobiliário a alternativa para o capital local, que passa a dedicar-se prioritariamente para a indústria da construção civil. As decisões sobre a industrialização na RMS passam a ser responsabilidade integral dos

capitais externos ao Estado. Dessa forma, os capitais baianos foram desviados para o mercado de imóveis, atividade tradicional sobretudo aos grandes plantadores de cacau e outros produtores rurais.

Este fato gerou, notadamente nos principais municípios litorâneos da RMS (Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari, para os quais o litoral é opção fundamental de turismo e lazer), uma crescente especulação imobiliária, favorecida de forma determinante pela acentuado processo inflacionário da época. Os investimentos no COPEC refletem de forma dinâmica no crescimento de Salvador e de toda a RMS, favorecendo ainda mais o setor imobiliário. O impacto na área urbana se verifica no adensamento de áreas já consolidadas e na ocupação total dos vazios urbanos, principalmente na capital (na ocupação do chamado miolo - situado entre os bairros centrais e a BR-324 - e o seu litoral norte, em direção à orla de Lauro de Freitas). "Além da demanda real, decorrente do aumento dos usuários potenciais (população e atividades econômicas), surge também a demanda especulação, dos que não pretendem senão comercializar com glebas e lotes, sem qualquer intenção de promover seu aproveitamento efetivo. (...). À medida em que produz rendimentos seguros (e tanto mais elevados quanto maior o dinamismo urbano) esse processo constitui, obviamente, alternativa importante para investimentos. Deve-se lembrar que em largo período da nossa história econômica, marcado pela inflação e pela inexistência de mercado de capitais, esta foi a forma mais importante em que o público logrou manter e ampliar o valor de sua poupança"[4].

Assim, o estoque de áreas edificáveis é controlado pelo setor privado, que amplia suas imobilizações. Os valores passam a ser estabelecidos pela capacidade especulativa que representam, forçando uma urbanização extensiva, não planejada e de difícil controle por parte das autoridades governamentais. Essa urbanização passa a se caracterizar pela descontinuidade da malha urbana.

---

[4] **Costa, Luiz Carlos. Espaço urbano e o habitante da metrópole, *in* Revista de Administração Municipal, Nº 138. IBAM, Rio de Janeiro.**

NOTAS

[1] Nesse ponto torna-se importante salientar a origem do novo capital industrial privado que se instala na RMS. Apesar da incomensurável impotância do capital investido pelo Estado da Bahia, conforme será visto adiante, a base da indústria que se instala é de capitais originários do Centro-Sul do país, em um processo de desconcentração do centro para a periferia que, segundo MARTINE, já era possível de se observar desde meados da década de 60. Esse fato trará implicações importantes para a base econômica preestabelecida, na medida em que desvincula a acumulação de capital à área na qual se processa, "amortecendo" o benefício sócio-econômico às populações locais.

CAPITULO 5

LAURO DE FREITAS COMO EXTENSÃO URBANO-ECONÔMICA DE SALVADOR

As demandas geradas pelo processo de industrialização, do modo em foi estabelecido, consolidaram dois fenômenos importantes dentro da RMS: (a) as características de Salvador como pólo de funções terciárias da RMS, centralizando os circuitos de troca entre si própria, o CIA e o COPEC, e os setores externos à RMS. Isto vem a favorecer ao aumento das atividades de comércio e serviços em Salvador; e (b) o planejamento e estabelecimento de áreas industriais nos municípios periféricos de Camaçari, Simões Filho e Candeias, não obstante ter canalizado investimentos maciços em infra-estrutura industrial, não contribuiram com mudanças significativas na oferta de infra-estrutura e equipamentos urbanos nessas sedes urbanas.

A centralização de funções terciárias em Salvador, acompanhada do debilitamento da atividade comercial nos demais municípios da RMS, aumentou a dependência desses em relação à capital. Essa centralização é resultado direto, conforme visto no capítulo anterior, da desestruturação dos capitais locais face ao novo quadro de industrialização da região, buscando adaptar-se em funções administrativas, comerciais e de serviços, mais notadamente na construção civil. Ao acumular historicamente as funções ora apresentadas e a partir da criação de pólos industriais nas cidades periféricas, Salvador afastou-se da possibilidade de se consolidar com cidade industrial e viu reforçado ainda mais o seu caráter de centro de funções terciárias e administrativas.

A não dotação de infra-estrutura e equipamentos urbanos nas sedes dos municípios industriais produz uma situação peculiar, diferente da observada na relação entre industrialização e urbanização: a expressão e o volume das atividades econômicas, no espaço metropolitano da RMS, não são proporcionais ao desenvolvimento urbano-social de

suas cidades, notadamente das sedes industriais. "Ou seja, as áreas urbanas não acompanharam a evolução do processo de desenvolvimento da RMS em termos de atividades produtivas e de prestação de serviços, de unidades habitacionais, equipamentos e infra-estrutura, suficientes para permitir uma real elevação dos níveis de emprego e renda das populações aí residentes ou para que alí afluem".[5]

Este fato transforma Salvador no principal destino com fins de moradia para as populações migrantes na RMS. Isso se deve, quer pela quantidade e qualidade da infra-estrutura urbana e de serviços que pôde acumular e oferecer à população local e à mão-de-obra industrial contratada pelas novas industrias, quer pelas possibilidades de opções que uma grande cidade pode oferecer, nos setores não industriais, a uma mão-de-obra não qualificada e que, por isso mesmo, não se engajou no processo industrial.

Em 1973, por exemplo, Salvador era local de residência de 69,6% dos trabalhadores do CIA. No mesmo ano, apesar de o COPEC se encontrar na fase inicial de implantação, com forte predominância de obras de construção civil, Salvador já abrigava 40% dos seus trabalhadores. Em 1975, Salvador absorvia 87,4% da população metropolitana, 98% do emprego em comércio, 99% do emprego em educação e saúde, 92% do emprego no setor público, 95% nos serviços domiciliares, 89% em outros empregos e, apenas 40% do emprego industrial (1). A atratividade propiciada por Salvador à essas populações determina o crescimento demográfico sem precedentes e, com ele, vários problemas sociais característicos do inchaço demográfico das grandes capitais brasileiras.

Desmembrado do território de Salvador em 1962, o município de Lauro de Freitas possui uma área de 59,69 km2. A nível de localização, pode-se dizer que possui uma característica importante: é um "entreposto" entre áreas de forte industrialização (conteporânea à sua emancipação política) e a metrópole regional, área de forte característica terciária. Os seus limites são determinados entre os municípios de Camaçari, Simões Filho e Salvador, o que o torna, ante a dinamização que se seguiu à industrialização das décadas de 60 e 70, uma opção de passagem da volumosa mão-de-obra industrial residente em Salvador e que se desloca diariamente para o trabalho e da mão-de-obra residente fora de Salvador que procura a capital cotidianamente para usufruir de seus serviços.

---

[5] **Programa da Região Metropolitana de Salvador/Banco Mundial: investimentos em áreas de baixa renda. CONDER - Salvador, 1981.**

A centralização das funções terciárias em Salvador e a fraca inter-relação entre investimento industrial realizado e desenvolvimento urbano dos municípios sede são determinantes para o crescimento urbano e demográfico verificado no município de Lauro de Freitas , notadamente nas décadas de 60/70 e 70/80.

A população de Lauro de Freitas, no período 40/50, tinha um crescimento considerado razoável (taxa de 6,8% ao ano, segundo o IBGE. Ver tabela IV) se relacionado com a absoluta timidez de suas atividades econômicas (plantio de hortifrutigranjeiros e côcos).

A implantação dos pólos dinâmicos da RMS provoca um impacto inicial no fluxo migratório para esses municípios, orientado pela oferta de empregos diretos e indiretos. Ocorre uma reorientação na expansão urbana da região, contribuindo para uma queda acentuada no crescimento demográfico do município. Com efeito, observa-se para o período de 60/70, época inicial de dinamização do pólo moderno com a implantação do CIA, que o município quase não avança a nível demográfico, registrando uma taxa anual de crescimento de 0,1% (ver tabela V). Paralelamente, os municípios de Candeias e Simões Filho, sedes do CIA, verificam uma taxa de crescimento demográfico anual, para o mesmo período, de 6,3% e 8,3%, respectivamente. Estudos do CRH/UFBA., citados em documentos da CONDER para a região metropolitana[6], observam que, no final da década, o município apresentava o maior percentual da população vinculada ao setor informal (87% da PEA), o que confirma o não engajamento imediato no processo de industrialização instaurado.

A década de 70/80 constitui-se no período do "boom" demográfico e urbano no crescimento do município. A população cresce a uma taxa de 13,4% ao ano, o triplo da média de toda a RMS. A taxa anual é quase o dobro de Camaçari, segundo municípo em crescimento e sede dos investimentos para a construção e ativação do COPEC, que acontece no mesmo período. Para esse mesmo período, as taxas médias anuais de Salvador e da RMS foram, respectivamente, 4,0% e 4,4%.

O aparecimento deste fenômeno aponta para o impacto efetivo da implantação do pólo dinâmico CIA/COPEC no processo de metropolização na RMS. Ele sinaliza para o crescimento desordenado de Salvador e para os seus novos vetores de crescimento,

---

[6] **Programa da Região Metropolitana de Salvador/Banco Mundial: investimentos em áreas de baixa renda. CONDER - Salvador, 1981.**

determinados pela mudança do eixo econômico da região de influência da capital. Quando a economia soteropolitana era fortemente influenciada pela exploração agropecuária do Recôncavo, o seu eixo de crescimento desenvolveu-se na direção da península de Itapagipe e subúrbio ferroviário. Essa área configurava-se como porta de entrada e comercialização da produção do Recôncavo, estabelecendo-se com a primeira área de forte urbanização de Salvador. A dinamização industrial trouxe um novo eixo de crescimento, com a criação, principalmente, da infra-estrutura viária de suporte às empresas do COPEC (Via Parafuso).

O intenso crescimento verificado abriu a possibilidade de ocupação do chamado "miolo" de Salvador, que passa a contar com a implantação de novos bairros planejados. Dotados de estrutura de serviços, comércio, transportes e saneamento, esses bairros foram estruturados para servir como "pequenos centros urbanos", mantendo a população independente dos serviços do centro da cidade.

Por outro lado, a abertura da BA-099 (Estrada do Côco, criada inicialmente para atendimento à TIBRÁS-Titânio do Brasil S.A., na orla de Camaçari) estimulou o acesso ao litoral norte de Salvador, até então limitado à orla de Itapoã. Neste contexto do crescimento urbano da capital se inclui o crescimento de Lauro de Freitas. Esta via, teve uma forte característica de integração intermunicipal entre Salvador e Lauro de Freitas.

O acelerado crescimento populacional direcionado para o município é resultante do inchaço demográfico acontecido em Salvador que, se por um lado estimula a criação, na própria capital, de bairros novos criados por iniciativa do Estado, no seu caso se dá de forma espontânea tanto para as classes média e alta com para populações de baixa renda. Assim, verificam-se duas vertentes de ocupação e que, conjuntamente e sem uma ordem de importância identificada, são responsaveis pela explosão demográfica da década de 70.

De um lado, um contingente populacional que ocupa predominantemente a orla marítima do município e se distribui em condomínios e loteamentos voltados para as classes média e alta de Salvador e para os detentores dos maiores salários industriais da RMS. As representações mais expressivas deste tipo de ocupação são os condomínios de Vilas do Atlântico, Encontro das Águas e Pedras do Rio, e a maioria das ruas em seus entornos, que constituem "loteamentos informais", sem a estrutura de segurança e conforto proporcionados àqueles.

Por outro lado, em contraste absoluto com a primeira vertente, há os assentamentos de baixa renda, com maior expressividade para o bairro de Itinga. Com alta densidade demográfica, esse bairro é característico e exemplar do resultado produzido em Lauro de Freitas do inchaço demográfico de Salvador. Nessas áreas, em consequência da grande oferta, a custo baixo, de lotes populares houve um processo acelerado de parcelamento do solo, exercendo um forte atrativo para as camadas populacionais de baixa renda que, mesmo trabalhando em Salvador, são direcionados para Lauro de Freitas. A implantação do corredor de transportes propiciado pela implantação da Estrada do Côco, foi um fator determinante para que isso acontecesse.

A área do município de Lauro de Freitas, cujas terras possuiam baixo valor econômico, passa a ser alvo de uma forte especulação imobiliária por parte de grupos econômicos locais, que já se dedicavam a esta atividade desde a transição do modelo agrícola para o industrial moderno. A partir de então, se verifica uma forte fragmentação e parcelamento da área do município em loteamentos e condomínios. Essa atividade é determinante para o processo de transformação da estrutura econômica da área.

Desde a sua criação, Lauro de Freitas foi o único dos municípios da RMS que não se beneficiou diretamente da implantação da PETROBRÁS, na década de 50, do CIA/COPEC, no período 60/80, da dinamização do turismo ou de qualquer benefício, a nível de planejamento, por parte da ação governamental do Estado. Nem mesmo a criação, em 1973, do Pólo Industrial do Município por iniciativa de sua Prefeitura **(2)**, conseguiu introduzir no município um processo industrial semelhante ao de toda RMS. Verificou-se, sim, uma tendência a que Lauro de Freitas desenvolvesse atividades semelhantes às desenvolvidas em Salvador, como a construção civil, o comércio, a prestação de serviços e atividades ligadas ao lazer e veraneio. Importante notar que Lauro de Freitas também configurou-se como cidade-dormitório, menos pela infra-estrutura urbana e ofertas de equipamentos comunitários do que por sua proximidade com Salvador **(3)**.

NOTAS

[1] Segundo dados do CRH-UFBA, em pesquisa citada em projeto da CONDER: Programa da Região Metropolitana de Salvador/Banco Mundial: investimentos em áreas de baixa renda. CONDER - Salvador, 1981.

[2] O Pólo Industrial foi criado através do decreto municipal Nº 140/73 de 10/07/73. Localizando-se ao longo da BA-099, levou ao surgimento de unidades industriais de pequeno e médio porte em ramos variados como: construção civil, móveis. alimentos, beneficiamento de sisal, calçados, etc.

[3] De acordo com dados econômicos e sociais fornecidos, para todos os municípios da RMS, pelos estudos do CEI e CONDER. Informações Básicas dos Municípios Baianos - Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 1994.

CONCLUSÃO

Diante do exposto no trabalho como um todo, conclui-se que o ato de emancipação política do município de Lauro de Freitas em muito pouco contribui para o crescimento econômico e, notadamente, para o crescimento demográfico verificado na região desde então. Esta conclusão vem da observação de que:

1. O município cresce mais rapidamente em seu limite com Salvador, sendo, hoje, o exemplo mais forte da definição de região metropolitana dentro da RMS. A fronteira entre os dois municípios é o exemplo clássico de continuidade da malha urbana característico das chamadas regiões metropolitanas.

2. Alijado de qualquer planejamento de crescimento por parte do governo Estadual e Federal na espansão industrial , contemporânea à sua emancipação, o município cresceu e vem se desenvolvendo através de funcões terciárias, principalmente o comércio ao longo da Estrada do Côco. Essa é caractéristica básica de Salvador ao longo do recente processo de dinamização da RMS nas últimas 3 décadas. Aliás, essa é a característica histórica da capital, reforçada pelo processo de industrialização. Lauro de Freitas, afastado de todo o processo, simplismente vem a reboque do crescimento de Salvador.

3. A emancipação política do município aparece, a princípio, como uma opção do capital local em sobreviver à nova realidade industrial, uma vez que, ao se distanciar do novo capital industrial, externo, que dinamizava a economia da RMS, realiza-se através da especulação imobiliária, realizada de início justamente em Salvador. À época de sua emancipação o município já configurava como a grande opção de crescimento de Salvador, um vetor natural da vocação da cidade em crescer sempre ao longo da orla marítima. Essa opção era reforçada pelo esgotamento, a nível de novas opções imobiliárias, dos bairros tradicionais do centro da cidade, do alto preço dos imóveis nos novos bairros (Itaigara, Iguatemi) e do fim da influência de crescimento, gerada pela economia do Recôncavo, na península de Itapagipe e bairros do subúrbio.

Assim, o processo de crescimento atual do município de Lauro de Freitas apresenta-se como uma extensão da dinâmica de crescimeto de Salvador. Os efeitos produzidos a nível econômico e demográfico são mais diretamente ligados à este do que a qualquer efeito gerado pelo processo de emancipação política e da criação de um poder público a ele interligado.

TABELAS

TABELA I

RELAÇÃO ENTRE PEA E POPULAÇÃO TOTAL

DISCRIMINAÇÃO	1960(hab)	1980 (hab)	VARIAÇÃO %
ATIVOS NA INDUSTRIA	1.359.120	4.954.273	264
ATIVOS NO TERCIARIO	3.016.007	8.182.453	171
POPULAÇÃO TOTAL	15.242.400	34.451.615	126

Fonte: IBGE

TABELA II

COMPARATIVO DE CRESCIMENTO ENTRE PEA INDUSTRIAL E PEA TERCIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO (%)	PEAi (%)	PEAt(%)
SALVADOR	142	379	138
TOTAL DAS RM's	126	264	171

Fonte: IBGE

TABELA III

RELAÇÃO ENTRE PEA E POPULAÇÃO TOTAL

DISCRIMINAÇÃO	1960	1980	VARIAÇÃO %
ATIVOS NA INDÚSTRIA	38.287	183.554	379
ATIVOS NO TERCIÁRIO	170.341	405.873	138
POPULAÇÃO TOTAL	734.086	1.766.582	142

Fonte: IBGE

TABELA IV

RELAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM O TOTAL DA RMS - 1940/1980

MUNICÍPIO	1940 (Hab)	% RMS	1950(Hab)	% RMS	1960(Hab)	% RMS	1970(Hab)	% RMS	1980(Hab)	% RMS
SALVADOR	272.500	82,8	399.700	86,3	635.917	86,6	1.007.744	87,7	1.525.831	85
CAMAÇARI	11.200	3,4	13.800	3	21.849	3	33.533	2,9	91.315	5,1
CANDEIAS	10.000	3	11.600	2,5	18.484	2,5	34.388	3	55.648	3,1
ITAPARICA	5.000	1,5	7.000	1,5	7.772	1,1	8.350	0,8	11.298	0,6
L. DE FREITAS	2.900	0,9	5.500	1,2	9.865	1,3	10.126	0,9	35.783	2
S. FCº DO CONDE	14.200	4,3	11.000	2,3	18.455	2,5	20.928	1,8	17.067	1
SIMÕES FILHO	3.400	1	4.600	1	9.953	1,4	22.088	1,9	43.976	2,4
VERA CRUZ	10.200	3,1	10.100	2,2	11.781	1,6	11.671	1	14.171	0,8
RMS	329.400	100	463.300	100	734.076	100	1.148.828	100	1.795.089	100

FONTE: CONDER-Diretrizes e políticas da RMS; IBGE, Censo Demográfico 1980
Obs.: Os dados referentes aos anos de 1940 e 1950 foram obtidos por desagregação das fronteiras administrativas anteriores tendo em vista que, Simões Filho, por exemplo, pertenceu ao município de Salvador até o Censo de 60

TABELA V

MUNICÍPIOS DA RMS
POPULAÇÃO E TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
1960/70/80/90

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a)		
	1960	1970	1980	1991	1960/70	1970/80	1980/91
CAMAÇARI	21.849	33.273	69.475	108.865	4,3	7,6	4,2
CANDEIAS	18.484	34.195	54.081	67.884	6,3	4,7	2,1
DIAS D'AVILA	----	----	19.703	31.195	------	------	3,8
ITAPARICA	7.772	8.391	10.877	15.075	0,7	2,6	3
L. DE FREITAS	9.865	10.007	35.309	69.165	0,1	13,4	6,3
MADRE DE DEUS	----	----	8.293	9.192	------	------	0,9
SALVADOR	635.917	1.007.195	1.493.688	2.056.013	4,7	4	2,9
S. FCº DO CONDE	18.455	20.738	17.835	20.238	1,2	-1,5	1,2
SIMÕES FILHO	9.963	22.019	43.578	72.472	8,3	7,1	4,7
VERA CRUZ	11.781	12.003	13.743	22.032	0,2	1,4	4,4
	734.086	1.147.821	1.766.582	2.472.131	4,6	4,4	3,1
ESTADO BAHIA	5.920.477	7.493.470	9.454.346	11.801.810	2,4	2,4	2

FONTE: IBGE, SEPLANTEC/CPE, CONDER

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luis Augusto de Queirós; MÜLLER, Alberto Eugênio Guido; SMITH, Roberto. Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro. Volume I. São Paulo, 1984.

AVENA FILHO, Armando. O papel da Região Metropolitana de Salvador no desenvolvimento do Estado da Bahia. In: Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento. Salvador, 1986.

AVENA FILHO, Armando. Localização Industrial: CIA, COPEC, Salvador e Feira. In: Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento. Salvador, 1986.

AVENA FILHO, Armando. Emprego e Renda na Região Metropolitana de Salvador. In: Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento. Salvador, 1986.

BAHIA: INDICADORES SOCIAIS NA DÉCADA DE 80. CEI/SEPLANTEC, Salvador, 1992.

BORGES, Ângela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. In: Análise e Dados, Volume 3, Nª1. CEI-SEPLANTEC. Salvador, 1993.

COSTA, Luiz Carlos. Espaço urbano e o habitante da metrópole. In: Revista de Administração Municipal. Nª 138. IBAM, Rio de Janeiro, 1982.

DIRETRIZES E POLÍTICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. CONDER, Salvador, 1985

FILHO, Américo Simas; MARTINEZ, Maria do Socorro T.; ANDRADE, Maria do Socorro de. Evolução urbana da cidade do Salvador. In: CEDURB-SEPLANTEC. A grande Salvador: posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados. Salvador, 1978.

FRANCO, Ângela. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. In: Análise e Dados, Volume 3, Nª1. CEI-SEPLANTEC. Salvador, 1993.

GRAU, Eros Roberto. Regiões Metropolitanas. Regime Jurídico. São Paulo, 1984.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. CONDER/CEI, Salvador, 1994.

IPEA. A institucionalização das Regiões Metropolitanas. In: Revista de Administração Pública. Volume 5, Nª 1. São Paulo, 1984.

MARTINE, George. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. In: Análise e Dados, Volume 3, Nª1. CEI-SEPLANTEC. Salvador, 1993.

MOREIRA, Raimundo. O processo de metropolização da RMS. CONDER. Salvador, 1981.

PEDRÃO, Fernando. Os novos modos de metropolização. In: Análise e Dados, Volume 3, Nª1. CEI-SEPLANTEC. Salvador, 1993.

PROGRAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR/ BANCO MU IAL: INVESTIMENTOS EM ÁREAS DE BAIXA RENDA. CONDER, Salvador, 1981.

PROJETO METROPOLITANO - RMS: REFERENCIAL BÁSICO. CONDER, Salvador, 1983.

RIZZIERI, Juarez A.B.. Desenvolvimento Econômico e Urbanização. IPE-USP. São Paulo, 1982.

SALVADOR, Procuradoria Geral do Município. Em defesa de um patrimônio. In: CEDURB-SEPLANTEC. A grande Salvador: posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados. Salvador, 1978.

SANTOS, Milton. Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo. In: Análise e Dados, Volume 3, Nª1. CEI-SEPLANTEC. Salvador, 1993.

SÃO BENTO, (Dom Timóteo Amoroso Anastácio) Mosteiro de; REGO, Waldeloir E..Terras Beneditinas. In: CEDURB-SEPLANTEC. A grande Salvador: posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados. Salvador, 1978.

SINGER,Paul. Economia política da urbanização. Brasiliense/CEBRAP. São Paulo, 1986.